

Objetiva e Avaliação de Títulos e as listagens com o resultado final do concurso público (ampla concorrência e PcD) serão publicadas em ordem decrescente de pontuação, observados os critérios de desempate deste edital e o disposto no item 2.

17.2. Com fundamento no art. 13-F da Lei n. 6.843, de 28 de julho de 1986, o resultado final do concurso público será homologado pelo Delegado-Geral da Polícia Civil, cujo ato será publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE-SC) e no sítio eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcsc23>.

17.3. Os candidatos que tiverem os nomes homologados no resultado final do concurso público, observado o prazo de validade do certame e o limite de vagas disponibilizadas neste edital, aguardarão, a critério de conveniência e oportunidade da autoridade competente, nomeação em caráter de provimento efetivo no cargo.

17.4. Antes da nomeação será oportunizado aos candidatos interessados a possibilidade de requererem reclassificação para "final de fila". A reclassificação é irratável e implicará na perda da vaga caso a Administração Pública não convoque candidatos excedentes, ou os convoque até posição que não alcance o candidato reclassificado.

17.5. A reclassificação de que trata o subitem anterior será oportunizada por meio de Edital de Convocação, que será enviado aos e-mails cadastrados pelos candidatos no ato de inscrição no concurso público.

17.6. Para a posse no cargo, os nomeados, quando convocados, deverão apresentar a documentação exigida pela legislação vigente, a ser informada na convocação.

17.6.1. Será exigida a comprovação de situação cadastral ativa junto ao Conselho de Classe.

17.7. A posse no cargo é condicionada à prévia inspeção médico-pericial por órgão oficial do Estado de Santa Catarina.

17.7.1. O candidato que obtiver parecer médico-pericial cujo resultado seja incompatível com a investidura no cargo não poderá tomar posse e sua nomeação será tornada sem efeito.

17.8. Os candidatos empossados serão convocados pelo Diretor da Academia de Polícia Civil – ACADEPOL - para o curso de formação profissional que terá início com a matrícula, obedecendo a matriz curricular e carga horária prevista para o cargo e as disposições do regimento interno e disciplinar do órgão de ensino.

17.9. A escolha de vagas de lotação pelos aprovados no curso de formação profissional obedecerá à ordem de classificação geral do concurso público.

17.10. O critério utilizado para as nomeações de candidatos com deficiência (PcD) não se aplica à escolha de vagas, que obedecerá incondicionalmente ao disposto no subitem anterior, nos termos do §2º do art. 17-A da Lei n. 6.843, de 28 de julho de 1986.

18. DOS RECURSOS

18.1. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste edital não serão conhecidos.

18.2. Não serão aceitos recursos via correio eletrônico ou pelos Correios, assim como fora do prazo.

18.3. A FGV e a Comissão de Concurso Público da Polícia Civil, na execução das suas respectivas fases ou atribuições, não se responsabilizam por recursos não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

18.4. A fundamentação é pressuposto para o conhecimento do recurso, cabendo ao candidato, em caso de impugnar mais de uma questão da prova, expor seu pedido e respectivas razões de forma destacada, para cada questão recorrida.

18.5. Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão de recursos ou de resultados definitivos das fases.

18.6. São irrecuráveis as decisões exaradas em sede de recurso.

18.7. Serão indeferidos os recursos:

a) cujo teor despreze as bancas examinadoras (da FGV ou da PCSC, conforme a fase), servidores ou a Comissão de Concurso Público da Polícia Civil;

b) cuja fundamentação não corresponda à questão recorrida;

c) sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente, incoerente ou os intempestivos;

d) encaminhados por meio da imprensa e/ou de redes sociais.

18.8. Das decisões proferidas pela FGV relativas às fases e procedimentos de sua competência não caberá recurso à Comissão de Concurso Público da Polícia Civil.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A inscrição do candidato no concurso público implicará a aceitação das normas contidas neste edital e em outras eventuais retificações que vierem a ser publicadas.

19.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar permanentemente no sítio eletrônico <https://conhecimento.fgv.br/concursos/pcsc23> a publicação de todos os atos, editais e comunicados oficiais referentes ao concurso público.

19.3. O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público por meio do telefone 0800-2834628 ou do "e-mail" concursospcsc23@fgv.br.

19.4. O candidato deverá manter atualizados o seu "e-mail" e contatos telefônicos com a FGV, enquanto estiver participando do concurso público, até a data de publicação do resultado final, por meio do "e-mail" concursospcsc23@fgv.br.

19.4.1. Após a homologação do resultado final, as alterações de endereço dos candidatos classificados deverão ser comunicadas diretamente à Polícia Civil, por meio do "e-mail" acadepol-grs@pc.sc.gov.br, sob o título "alteração de endereço - concurso Psicólogo Policial". Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

19.4.2. Ao atualizar o seu endereço na forma do subitem anterior, o candidato deverá solicitar, no corpo do "e-mail", a confirmação do recebimento pela Polícia Civil.

19.5. As despesas decorrentes da participação no concurso público, inclusive deslocamento, hospedagem e alimentação, correm por conta dos candidatos.

19.6. Os casos omissos serão resolvidos pela FGV em conjunto com a Comissão de Concurso Público da Polícia Civil, no que couber.

19.7. A FGV poderá enviar, quando necessário, comunicação pessoal dirigida ao candidato, por "e-mail" ou pelos Correios, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a manutenção ou a atualização de seu correio eletrônico e a informação de seu endereço completo e correto na solicitação de inscrição.

19.8. A inscrição e a participação no certame implicarão o tratamento de seus dados pessoais de nome, número de inscrição, número e origem do documento de identidade, digital, data de nascimento, número de CPF, local, endereço, data, sala e horário das provas, telefone, "e-mail", cargo/vaga a que concorre e/ou outra informação pertinente e necessária (como a indicação de ser destro ou canhoto, a solicitação de atendimento especial para pessoa com deficiência e solicitações e comprovações para preenchimento de vagas reservadas ou, ainda, concessão de benefícios de isenção de inscrição).

19.8.1. A finalidade do tratamento dos dados pessoais listados acima está correlacionada à organização, ao planejamento e à execução deste concurso público.

19.8.2. As principais bases legais para o tratamento dos dados pessoais do candidato serão, sem prejuízo de outras que eventualmente se façam necessárias e estejam amparadas na Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD): (a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória (em relação ao artigo 37, incisos II e VIII, da Constituição Federal de 1988, os quais preveem que a investidura em cargos públicos, dependem de aprovação em concurso público), (b) execução de contrato entre a Polícia Civil e a FGV para o fim de condução do certame; e (c) a garantia da lisura e prevenção à fraude nos concursos públicos.

19.9. O certame terá assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.

Florianópolis, 16 de outubro de 2023.

ULISSES GABRIEL

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

□ O conteúdo programático contempla legislação, jurisprudência e doutrina pertinentes aos temas. As alterações legislativas ocorridas após a publicação do Edital poderão ser exigidas nas provas.

□ PSICOLOGIA

1. Psicologia jurídica. 1.1 Psicologia Social Jurídica. 1.2 Psicologia policial. 1.3 Psicologia criminal. 1.4 Psicologia do testemunho. 1.5 Avaliação/Perícia psicológica com crianças e adolescentes. 1.6 Avaliação/Perícia psicológica com adultos. 1.7 Técnicas de entrevista investigativa com crianças, adolescentes e adultos. 1.8 Violência física, psicológica, sexual e negligência contra crianças e adolescentes. 1.9 Abuso sexual infanto-juvenil. 1.10 Aspectos disruptivos da dinâmica e convivência familiar: conflitos, violência e alienação parental. 1.11 Falsas memórias. 1.12 Violência doméstica e familiar. 1.13 Violência conjugal como um fenômeno complexo, multifacetado e cíclico. 1.14 Dano psicológico/emocional. 1.15 Adolescência e ato infracional. 1.16 Adolescência e prevenção de violência no namoro. 1.17 Gênero. 1.18 Práticas grupais e atuação do psicólogo. 1.19 Grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica. 1.20 Grupos reflexivos para mulheres em situação de violência. 1.21 Violência contra idosos. 1.22 Prevenção de violência. 1.23 Questões ligadas ao envelhecimento. 1.24 Infanticídio. 1.25 Perfil criminal. 1.26 Autópsia psicológica. 1.27 Atuação da psicologia em situações de desastres naturais e outras crises. 1.28 Métodos alternativos de solução de conflitos: negociação, conciliação, mediação de conflitos e justiça restaurativa. 1.29 Drogas. 1.30 Psicologia Organizacional e do Trabalho. Gestão por competências. 1.31 Sentidos e Significados do trabalho. 1.32 Saúde Ocupacional e Clínica do trabalho. 1.33 Pesquisas institucionais e intervenções em POT. 1.34 Modelos de gestão de pessoas. 1.35 Recursos de ensino. 1.36 Metodologias de ensino. 1.37 Resoluções do Conselho Federal de Psicologia N. 31/2022; 002/2016; 006/2019; 001/2022; 010/2005; 08/2010; 17/2012 e 9/2018. 1.38 Nota técnica sobre os impactos da Lei n.

12.318/2010 (Lei da Alienação Parental) na atuação de psicólogas e psicólogos. 1.39 Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia para Atuação de Psicólogos(os) na Política de Segurança Pública. 1.40 Instrução Normativa n. 78/2014 da Polícia Federal. 1.41 Entrevista psicológica. 1.42 Psicometria: Construção e validação de testes psicológicos. 1.43 Testes psicológicos de avaliação da personalidade (expressivos, projetivos e baterias de personalidade). 1.44 Testes psicológicos de avaliação de aspectos cognitivos (atenção, memória, raciocínio). 1.45 Testes psicológicos e outros instrumentos de avaliação da dinâmica familiar e parentalidade. 1.46 Testes psicológicos e outros instrumentos de avaliação de sinais e sintomas como depressão, ansiedade, estresse, entre outros. 1.47 Fundamentos, aplicação e correção dos testes psicológicos. 1.48 Teorias da Personalidade. 1.49 Pesquisa aplicada em psicologia. 1.50 Saúde mental. 1.51 Transtornos mentais.

□ NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direito constitucional. 1.1. Natureza, conceito e objeto. 1.2. Fontes.

2. Poder constituinte. 2.1. Fundamentos do poder constituinte. 2.2. Poder constituinte originário, decorrente e derivado. 2.3. Reforma e revisão constitucionais. 2.4. Limitação do poder de revisão. 2.5. Emendas à Constituição.

3. Constituição da República Federativa do Brasil até a Emenda Constitucional n. 128/2022.

3.1. Dos Princípios Fundamentais.

3.2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. 3.2.1. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais: histórico, justificativas, características, classificações, gerações, funções, eficácia, titularidade, limitações e restrições, deveres fundamentais. 3.2.2. Direitos Fundamentais em Espécie. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Dos direitos sociais. 3.2.3. Instrumentos de garantia dos direitos fundamentais. 3.3. Da organização do Estado. Da Organização Político-Administrativa. Da União. Dos Estados Federados. Dos Municípios. Do Distrito Federal e dos Territórios. Da intervenção. Da Administração Pública. 3.4. Da organização dos poderes. Do poder legislativo. Do poder executivo. Do poder judiciário. Das funções essenciais à justiça. 3.5. Da segurança pública. 3.6. Da Tributação e do Orçamento. Do sistema tributário nacional. Das finanças públicas. 3.7. Da educação, da cultura e do desporto. Da ciência, tecnologia e inovação. Da comunicação social. Do meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso. Dos índios.

4. Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989 até a Emenda Constitucional n. 89/2022.

4.1. Dos Princípios fundamentais. 4.2. Dos Direitos e garantias fundamentais. 4.3. Da Segurança Pública: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Penal, Defesa Civil e Polícia Científica.

□ NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Introdução ao direito administrativo. 1.1 Conceituação do direito administrativo. 1.2 Objeto do direito administrativo. 1.3 Fontes do direito administrativo. 1.4 Princípios do direito administrativo. 1.5 Sistema Administrativo brasileiro.

2 Administração pública. 2.1 Estrutura Administrativa brasileira. 2.2 Estado: conceito, elementos, poderes e organização política e administrativa. 2.3 Função Administrativa estatal: definição, amplitude conceitual e tipos. 2.4 Órgãos públicos: conceito e classificação. 2.5 Servidor: cargo, funções e investidura. 2.6 Administração direta e indireta.

3 Ato administrativo. 3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos, classificação e atributos. 3.2 Fato e ato administrativo. 3.3 Parecer: responsabilidade do emissor do parecer.

4 Poderes e Deveres da Administração Pública. 4.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações. 4.2 Poder disciplinar. 4.3 Poder de polícia. 4.4 Polícia judiciária e polícia administrativa. 4.5 Poder vinculado e discricionário. 4.6 Poder normativo/regulamentar. 4.7 Deveres de agir, de juridicidade, de probidade, de eficiência.

5 Serviços públicos. 5.1 Conceito e elementos do serviço público. 5.2 Princípios aplicáveis ao serviço público.

6 Servidores públicos. 6.1 Agentes públicos: terminologia, conceito, espécies. 6.2 Cargo, emprego e função. 6.3 Estágio probatório. 6.4 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 6.5 Provimento e vacância. 6.6 Responsabilidade do agente público.

7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: fundamentos jurídicos.

8 Administração Pública e acesso à informação (Lei n. 12.527/2011). 8.1 Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018).

9 Proibição Administrativa: 9.1 Improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992).

□ NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1 Introdução ao Direito Penal. 1.1 Conceito, características e função do direito penal. 1.2 Princípios do direito penal. 1.3 Direito penal e política criminal.

2 Teoria geral do crime. 2.1 Conceitos, objeto, sujeitos. 2.2 Bem jurídico. 2.3 Tempo e lugar do crime. 2.4 Punibilidade.

3 Teoria do tipo. 3.1 Fato típico. 3.2 Crime doloso e crime culposos. 3.3 Crimes comissivos e omissivos. 3.4 Iter criminis. 3.5 Consu-

mação e tentativa.

4 Ilícitude. 4.1 Fundamentos, conceito, evolução, elementos e conteúdo. 4.2 Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular de direito e causas supralegais.

5 Culpabilidade. 5.1 Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. 5.2 Princípio de culpabilidade. 5.3 Imputabilidade. 5.4 Potencial consciência da ilicitude. 5.5 Exigibilidade de conduta diversa.

6 Concurso de agentes: 6.1 Requisitos. 6.2 Autoria, coautoría e participação.

7 Das penas. 7.1 Conceitos, princípios e finalidades. 7.2 Funções da pena. 7.3 Fundamentos de pena. 7.4 Espécies de pena: classificação.

8 Medida de segurança. 8.1 Conceito, requisitos, espécies, aplicação e execução. 8.2 Periculosidade.

9 Ação Penal. 9.1 Classificação: ação penal de iniciativa privada; ação penal pública; ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.

10 Crimes. 10.1 Crimes contra a pessoa. 10.2 Crimes contra o patrimônio. 10.3 Crimes contra a dignidade sexual. 10.4 Crimes contra a família. 10.5 Crimes contra a administração pública.

11 Aspectos penais dos seguintes textos normativos: 11.1 Lei n. 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). 11.2 Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 11.3 Lei n. 9.455/1997 (Crimes de tortura). 11.4 Lei 10.741/2003 (Crimes cometidos contra idosos). 11.5 Lei n. 10.826/2003 (Estatuto do desarmamento). 11.6 Lei n. 11.343/2006 (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes). 11.7 Lei n. 11.340/2006 (Violência doméstica e familiar contra a mulher). 11.8 Lei n. 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial). 11.9 Lei n. 13.431/2017 (sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência). 11.10 Decreto 9.603, de 10 de dezembro de 2018. 11.11 Lei n. 13.869/2019 (Crimes de abuso de autoridade).

□ NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Direito processual penal. 1.1. Princípios gerais, conceito, finalidade, características. 1.2 Sistemas processuais penais.

2 Inquérito policial. 2.1 Histórico. 2.2 Natureza. 2.3 Conceito. 2.4 Funções da investigação: funções essenciais e acidentais; função preparatória; função de filtro; função reparadora. 2.5. Características: Procedimento administrativo; sigiloso; escrito; inquisitivo (apuratório); oficial; indisponível; temporário; (in) dispensável; discricionário (oportunidade e conveniência). 2.6. Titularidade: discricionariedade do delegado de polícia; 2.7. Início do Inquérito policial: crimes de ação penal pública incondicionada; crimes de ação penal pública condicionada à representação; crimes de ação penal privada. 2.8. Formas de instauração: de ofício; requerimento do ofendido; requisição; auto de prisão em flagrante. 2.9. Diligências investigatórias: preservação do local do crime; apreensão de objetos; oitiva do ofendido; oitiva de testemunhas; testemunhas e o compromisso de dizer a verdade; reconhecimento de pessoas e coisas; interrogatório do investigado/indiciado; condução coercitiva; acareação; depoimentos especiais; poder de requisição do Delegado de Polícia; exame de corpo de delito e outras perícias; reprodução simulada dos fatos; vida pregressa do indiciado. 2.10. Indiciamento: conceito, momento e consequências. 2.11. Garantias do investigado. 2.12. Sigilo. 2.13. Prazo. 2.14 Término do inquérito policial: relatórios; dilação de prazo. 2.15. Destino do inquérito policial concluído. 2.16. Requisições de diligências pelo Ministério Público. 2.17. Arquivamento do inquérito policial; arquivamento e surgimento de novas provas. 2.18. Juiz das Garantias. 2.19. Audiência de custódia. 2.20. Termo Circunstanciado de Ocorrência.

3 Ação penal. 3.1 Conceito, características, espécies e condições.

4 Provas. 4.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. 4.2 Princípios gerais da prova, procedimento probatório. 4.3 Valoração. 4.4 Ônus da prova. 4.5 Provas ilícitas. 4.6 Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos e indícios. 4.7 Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários. 4.8 Cadeia de custódia.

5 Prisão. 5.1 Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. 5.2 Prisão em flagrante. 5.3 Prisão temporária. 5.4. Prisão preventiva. 5.5. Medidas cautelares diversas da prisão. 5.6 Princípio da necessidade, liberdade provisória. 5.7 Fiança. 5.8. Uso de algemas – Súmula vinculante n. 11.

6 Processo criminal. 6.1 Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da justiça.

7 Aspectos processuais penais dos seguintes textos normativos: 7.1 Lei n. 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). 7.2 Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 7.3 Lei n. 9.455/1997 (Crimes de tortura). 7.4 Lei 10.741/2003 (Crimes cometidos contra idosos). 7.5 Lei n. 10.826/2003 (Estatuto do desarmamento). 7.6 Lei n. 11.343/2006 (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes). 7.7 Lei n. 11.340/2006 (Violência doméstica e familiar contra a mulher). 7.8 Lei n. 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial). 7.9 Lei n. 13.431/2017 (sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência). 7.10 Lei n. 13.869/2019 (Crimes de abuso de autoridade). 7.11 Decreto n.

9.603, de 10 de dezembro de 2018.

□ NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1 Direitos Humanos. 1.1 Conceito, estrutura, terminologia, surgimento, evolução histórica, classificação e características. 1.2 Documentos históricos. 1.3 Organização das Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos.

2 Dignidade humana. 2.1 Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos.

3 Declaração Universal dos Direitos Humanos, Tratados, Pactos e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados pelo ordenamento jurídico brasileiro.

4 Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças.

5 Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução n. 34/169, de 17 de dezembro de 1979).

5.1 Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Presos (Regras Nelson Mandela). 5.2 Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade Para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok).

6 Grupos vulneráveis e minorias. 6.1 Diversidades: história, preconceito, discriminação, racismo, homofobia, transfobia, igualdade, ações afirmativas.

7 Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979).

8 Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, China, 1995).

9 Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.

10 Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (Guatemala, 2013).

11 Leis Estaduais: 11.1 Lei n. 16.534, de 23 de dezembro de 2014. 11.2 Lei n. 16.945, de 8 de junho de 2016. 11.3 Lei n. 17.623, de 17 de dezembro de 2018. 11.4 Lei n. 18.322, de 5 de janeiro de 2022.

□ LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. Lei n. 6.843, de 28 de julho de 1986 (Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina).

2. Lei Complementar n. 453, de 05 de agosto de 2009.

3. Lei Complementar n. 491, de 20 de janeiro de 2010.

4. Lei n. 16.774, de 30 de novembro de 2015.

5. Lei Complementar n. 741, de 12 de junho de 2019.

□ CRIMINOLOGIA

1 Criminologia. 1.1 Conceito, objeto, classificação e finalidade da criminologia. 1.2 Método da Criminologia.

2 Criminologia, dogmática e política criminal.

3 Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima e controle social.

4 Funções da criminologia.

5 Modelos teóricos da criminologia. 5.1 Escolas criminológicas ou discursos criminológicos: teorias tradicionais e teorias críticas.

6 Vitimologia. 6.1 Conceito, fases, processo de vitimização, revitimização, conceito de vítima, classificação das vítimas, Síndromes de Estocolmo, de Londres, da mulher de pontifaz, Fenômeno de Escotoma, vitimologia e violência doméstica.

7 Processos de criminalização: primária, secundária e terciária.

7.1 Cifra Negra, Dourada, Cinza, Amarela, Verde, Filtros propostos.

8 Criminologia contemporânea, criminologia cultural, criminologia queer, criminologia feminista e criminologia racial.

9 Criminologia clínica.

10 Prevenção da infração penal no Estado Democrático de Direito.

10.1 Prevenção primária. 10.2 Prevenção secundária. 10.3 Prevenção terciária.

11 Mídia e criminalidade: novas mídias e novas tecnologias.

12 Criminalidade de massa e criminalidade organizada.

13 Bullying. Assédio moral. Stalking.

14 Sistema de Justiça Criminal: Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário. 14.1 Segurança pública. 14.2 Criminologia e o papel da Polícia Judiciária. 14.3 Criminologia da intervenção policial.

15 Discursos punitivos. 15.1 Tolerância zero. 15.2 Direito penal do inimigo. 15.3 Política criminal atuarial.

16 Abolicionismo e direito penal mínimo.

□ LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.

3 Domínio da ortografia oficial.

4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciamento textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.

5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência

verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos.

6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Aspectos gerais da redação oficial. 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais. 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

□ RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados. Conjuntos e suas operações, diagramas. Números inteiros, racionais e reais e suas operações, porcentagem e juros. Proporcionalidade direta e inversa. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. Problemas de contagem e noções de probabilidade. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância. Problemas de lógica e raciocínio.

ANEXO II - REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

À Fundação Getúlio Vargas – FGV

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, venho requerer a isenção do pagamento do valor da Taxa de Inscrição do Concurso Público da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, nos termos do item 6 do Edital de Abertura nº 2/2023.

Envio, também, os demais documentos indicados no Edital, assumindo, sob as penas da lei, que essa é verdadeira e idônea. Nestes termos, pede deferimento.

_____ (cidade/UF), _____ (dia) de _____ (mês) de 20__.

Assinatura do(a) candidato(a) de próprio punho

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CANDIDATO DESEMPREGADO OU COM RENDA MENSAL QUE NÃO ULTRAPASSA 2 (DOIS) SALÁRIOS-MÍNIMOS

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, UF do RG _____, Data de nascimento ____/____/____, Nome da mãe _____, venho requerer a isenção do valor da Taxa de Inscrição do Concurso Público da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, de acordo com o subitem 6.4.1, alínea "a" do Edital de Abertura nº 2/2023.

Envio, também, os demais documentos indicados no Edital, assumindo, sob as penas da lei, que essa é verdadeira e idônea.

DECLARO, para fins de isenção de pagamento de taxa de inscrição, ser pessoa desempregada ou com renda mensal que não ultrapassa 2 (dois) salários-mínimos.

_____ (cidade/UF), _____ (dia) de _____ (mês) de 20__.

Assinatura do(a) candidato(a) de próprio punho

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA COM RENDA MENSAL QUE NÃO ULTRAPASSA 2 (DOIS) SALÁRIOS-MÍNIMOS

Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, UF do RG _____, Data de nascimento ____/____/____, Nome da mãe _____, venho requerer a isenção